



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de plataforma para informações geográficas para gestão do Imposto Territorial Rural – ITR, mediante a cessão de licença de uso da plataforma de forma 100% web, pelo prazo de 12 (doze) meses, visando o apoio à fiscalização do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), com rotinas para atendimento das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1640 de 11.05.2016 e 1877 de 14.03.2020, gerenciamento de prazos, calculadora de rebanho, sistema de suporte a decisão, emissão integrada de AR's via SIGEP Web, gerenciamento de postagens, emissão de intimações e notificações complementares, emissão dos termos de juntada de AR e fechamento do processo mapas temáticos e imagens de satélite dos últimos 5 anos para apuração de procedimentos fiscais e espaço em nuvem para arquivamento de arquivos digitais. E que possua ferramentas para criação da planta genérica de VTN e ITBI, criação de comissão de avaliação, banco de dados pré-formatos com os imóveis do município cadastrados no INCRA e no CAR, imagem de satélite de alta/média e aplicativo mobile para levantamento de imóveis e cadastramento de estradas, pontes e rotas de transporte escolar. ,

1.2 O objeto desta contratação também contempla a assessoria e consultoria com a implantação do sistema, renovação do convênio com a RFB, emissão de relatório de análise de Mercado de Terras, com emissão de laudo/levantamento para fixação anual da pauta de VTN nos termos da IN 1877 acima citada, com emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, em conformidade com a Receita Federal do Brasil, em atendimento a Secretaria Finanças e Setor de Fiscalização de Tributos, assessoria para elaboração da planta de valores, criação da comissão e manutenção e atualização do sistema de cadastro rural, conforme especificado neste Termo de Referência.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESCOPO DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1 O Município de Alto Garças-MT, celebrou convênio com a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, com fundamento no parágrafo 4º do artigo 153 da Constituição Federal e Decreto nº 6.433, de 15 de abril de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.621, de 29 de outubro de 2008, e pelo Decreto nº 6.770, de 10 de fevereiro de 2010, visando firmar a opção pela delegação de competência para o exercício das atribuições de fiscalização, inclusive a de lançamento de créditos tributários, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

2.1 Aos Municípios optantes pelo convênio foram delegadas as seguintes atribuições:

2.1.1 Intimar os proprietários/possuidores rurais para apresentarem o valor da terra nua (VTN) de seu imóvel, bem como em notificações de lançamento, avisos e outros documentos;

2.1.2 Informar à Secretaria da RFB o valor das terras nuas de seu território para o lançamento de ofício, através de levantamento técnico específico;





- 2.1.3 Requisitar documentos e dados comprobatórios dos imóveis conforme declarado nas DITR's (Declaração de Apuração do Imposto Territorial Rural);
- 2.1.4 Instruir e encaminhar à unidade de julgamento da RFB os processos administrativos fiscais, nos casos de impugnação e recursos relativos ao ITR fiscalizado e cobrado sob a égide do Convênio;
- 2.1.5 Manter estrutura de tecnologia da informação adequada e suficiente para acessar os sistemas da RFB;
- 2.1.6 Guardar em boa ordem as informações, processos e demais documentos referentes aos procedimentos fiscais em andamento, bem como aos concluídos nos últimos 6 (seis) anos, no caso de a conclusão do trabalho resultar em liberação da DITR sem lançamento de ofício.

3. JUSTIFICATIVA:

- 3.1 A planta rural do Município, juntamente com o cadastro técnico atualizado, são instrumentos fundamentais para o planejamento e a tomada de decisões. No entanto, são os instrumentos mais difíceis de se manterem atualizados e disponíveis.
- 3.2 O principal motivo é a diversidade da especialização necessária das pessoas responsáveis pela manutenção das diferentes fontes de dados, tais como, desenhos, fichas e listas de valores. As soluções surgidas até o presente momento apontam para os Sistemas de Informação Geográficas – SIGs, que são a mais atual concepção para a automação municipal inteligente. Os SIGs, embora altamente eficientes e produtivos, precisam de informações baseadas em imagens georeferenciadas e dados de cadastro atualizados.
- 3.3 A finalidade específica da contratação é o aumento da arrecadação Municipal através da atualização da base existente e implementação de novas tecnologias. Os pontos diretamente ligados é o aumento da arrecadação de ITR pelo levantamento da situação imobiliária atual do Município.
- 3.4 Objetiva-se, assim, manter o ferramental necessário e mais atual, que possa servir de alicerce e apoio aos gestores e administradores públicos na permanente busca da excelência da gestão pública no atendimento de suas demandas e na tomada de decisões do poder Público Municipal retratadas em seus planos estratégicos.
- 3.5 Assim, tendo ferramentas para otimizar a fiscalização do ITR e o cadastro técnico rural multifinalitário trabalhando em favor do município, espera-se o aumento da arrecadação, melhora do planejamento e otimização dos gastos.

4. RESULTADO ESPERADOS

- 4.1 Atender a demanda da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, afim de suprir as necessidades do Setor de Tributos.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 5.1 Sistema desenvolvido em plataforma 100% (cem por cento) WEB com rotinas diárias de backup e com as seguintes características:
- 5.2 Controle das comunicações e prazos fiscais eficiente e seguro, com emissão de notificações e intimações de forma prática e 100% digital com possibilidade de integração com o sistema SIGEPWEB dos Correios;





- 5.3 Cruzamento das informações provenientes de diferentes bases de dados sobre as propriedades rurais;
- 5.4 Identificação dos imóveis por imagens de satélite de última geração, possibilitando a identificação de plantios, instituição de reserva legal, área consolidada, dentre outras melhorias nas propriedades;
- 5.5 Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) para o armazenamento seguro das informações coletadas em um Data Center com acesso exclusivo ao fiscal;
- 5.6 Calculadora para ajuste de rebanho em conformidade com a Instrução Normativa SRF nº 256/02;
- 5.7 Check list de cumprimento das Instruções Normativas RFB nº. 1640/16 e nº. 1877/19;
- 5.8 Levantamento de VTN (Valor da Terra Nua) nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1877;
- 5.9 Emissão de Intimações e Notificações Complementares para definição de prorrogação de prazos, agendamento de diligências e requisições de documentos etc;
- 5.10 Emissão de Termo de Juntada de AR e de encaminhamento de processos (com e sem impugnação) à Receita Federal do Brasil, conforme Norma de Execução Cofis nº 2, de 5 de julho de 2013;
- 5.11 Treinamento de utilização do software e consultoria para monitoramento de resultados.
- 5.12 Caracterização ambiental do município quanto aos solos, geologia, clima, geomorfologia, vegetação, biomas e outros;
- 5.13 Disponibilização de imagens de satélite de alta e média resolução (conforme disponibilidade do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e NASA-Agência Espacial Note Americana);
- 5.14 Aplicativos de celular (apps) para coletas de dados e cadastramentos de imóveis em campo e outros itens pertinentes;
- 5.15 Importação dos dados da Receita Federal (CAFIR);
- 5.16 Importação de dados do INCRA, CAR, CAFIR, ADA e outros conforme disponibilidade;
- 5.17 Ferramentas de digitalização, importação e exportação de dados;
- 5.18 Sistema de Informações Geográficas (SIG) para publicação de dados em ambiente WEB (público e para usuários da administração municipal — multiusuários);
- 5.19 Rotas de acesso aos imóveis rurais;
- 5.20 Análise multitemporal do uso e ocupação do solo;
- 5.21 Localização geográfica de imóveis;
- 5.22 Visualização de áreas de reservas legais e áreas de preservação permanente;
- 5.23 Suporte para o zoneamento urbano e rural;
- 5.24 Planejamento de visitas de campo

6. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/PRODUTOS A SEREM ADQUIRIDOS

6.1 Os itens a serem adquiridos, através de Certame Licitatório, assim como as Unidades de Medidas e Quantidades, Preço Unitário e Preço Total, são os constantes na Planilha abaixo:





PREFEITURA
ALTO GARÇAS - MT
TEMPO DE CRESCER
Gestão 2021-2024

PMAG
Pis. 03
Rend. 100

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO (MENSAL)	VALOR TOTAL
02	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) PARA GESTÃO DE IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR), COM ROTINAS PARA ATENDIMENTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 1640, GERENCIAMENTO DE POSTAGENS DE INTIMAÇÕES E NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO, E DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS PARA GESTÃO DO CADASTRO TÉCNICO RURAL MULTIFINALITÁRIO, PARA SUBSIDIAR A TOMADA DE DECISÃO NO CAMPO DA ARRECADAÇÃO FISCAL E NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO. COM PLATAFORMA SIG E BANCO DE DADOS GEOGRÁFICOS QUE CONTENHAM DADOS AUXILIARES PRÉ-FORMATADOS E COMPILADOS, POSSIBILITANDO O ACESSO	12	MÊS	1.250,00	15.000,00



100



COMPARTILHADO PELOS DIVERSOS AGENTES DA GESTÃO MUNICIPAL, COM APLICATIVO MOBILE E COLETA DE DADOS EM CAMPO PARA CADASTRAMENTO DE IMÓVEIS E PONTOS DE INTERESSE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.				
--	--	--	--	--

7. CUSTO ESTIMADO

7.1 O custo estimado é no valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, conforme cotação de preços feita pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, de acordo com as exigências legais.

8. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA:

8.1 A execução da presente contratação será custeada com os recursos próprios previstos no Orçamento Anual do Município do Exercício de 2021 na seguinte rubrica orçamentária:

Centro de Custo: 15 – Setor de Tributos.
Órgão: 04 – Secretaria de Finanças e Planejamento.
Unidade: 01 - Secretaria de Finanças e Planejamento.
Projeto Atividade: 2009 – Manut. E Enc. da Secretaria de Finanças e Planejamento e Unidades.
Dotação Orçamentária: 81 – 3.3.90.40.00.00.00.00.01.0000 – Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação

9. Local de Entrega:

9.1 Os trabalhos serão executados na sede da Prefeitura Municipal e em todo território do Município de ALTO GARÇAS-MT, em estrita obediência aos detalhes constantes deste Termo de Referência e respectivos anexos.

11. Prazo de Entrega:

11.1 A contratação terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada nos termos da Lei Federal N°. 8.666/93 e suas alterações.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços rigorosamente de acordo com o disposto neste Termo de Referência e demais elementos que integrarem o Edital;





- 12.2 Vistoriar as regiões para compreensão exata dos serviços a serem executados;
- 12.3 Arcar com todos os materiais, mão-de-obra, taxas e outras, necessários à execução dos serviços que se façam necessários, inclusive com as obrigações sociais e da legislação trabalhista, além dos equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços, entre eles o Equipamento de Proteção Individual – EPI, que além de ser fornecido, deve ter seu uso garantido pela CONTRATADA, de acordo com a NR-18 da Lei Federal nº 6.514/77;
- 12.4 Proceder à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica – ART para cada serviço solicitado, arcando com todas as despesas, e entregar a via do CONTRATANTE;
- 12.5 Efetuar as correções de eventuais falhas nos levantamentos, encontrados no momento de utilização do(s) projeto(s) sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, mesmo após aceitação do serviço pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas, contados da data e hora de abertura do chamado. Estas correções dizem respeito a erros que não foram identificados na análise, por ocasião do aceite do serviço;
- 12.6 Participar de reuniões técnicas realizadas na Secretaria Municipal de Obras, previamente agendadas e acordadas entre as partes;
- 12.7 Solicitar por escrito e protocolado na Secretaria de Obras, desenhos e outras informações, necessários à execução dos serviços, dando um prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que a CONTRATADA possa atender ou não, tal solicitação;
- 12.8 Manter equipe técnica composta por, um ou mais profissionais com capacidade técnica necessária, como por exemplo: Engenheiro Agrônomo, Geógrafo, Programador ou outros tipos de profissionais técnicos com aptidão para a execução do objeto, bem como quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço e desligamento de empregados;
- 12.9 Atender aos chamados do contratante tentando resolver em até 24 (vinte e quatro) horas após a devida comunicação, problema ou dúvida. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificado pela contratada;
- 12.10 Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, os motivos justificadores que eventualmente impossibilitem a prestação dos serviços no prazo estipulado, para avaliação da sua pertinência ou não pela CONTRATADA;
- 12.11 Treinamento e Suporte técnico e desenvolvimento dos processos do ITR junto a RFB imediato através de telefone, e-mail e acesso remoto;
- 12.12 O processamento e hospedagem dos dados devem ser feitos em território nacional pela contratada, em atendimento ao artigo 3º da Lei Federal nº 13.709 de 14.08.2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);
- 12.13 Tratar como confidenciais informações e dados, guardando total sigilo perante terceiros;
- 12.14 Implantação - Integração entre as bases de dados do Município e da plataforma, visando à importação dos dados necessários;
- 12.15 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade mesmo existindo fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;





12.16 Efetuar o pagamento de todos os impostos; taxas; cópias de projetos, documentos e outros; demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do Contrato;

12.17 Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do objeto, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício;

12.18 Acatar todas as exigências da CONTRATANTE, sujeitando-se a sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

12.19 Cumprir fielmente o Contrato de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, dentro dos prazos pactuados;

12.20 Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do objeto;

12.21 Fornecimento e instalação do software em até 30 (trinta) dias contados da ordem de início de serviços.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 Definir diretrizes dos trabalhos e fornecer dados para a confecção dos serviços contratados;

13.2 Disponibilizar, quando existente nos arquivos da Secretaria Municipal de Obras, todos os projetos e documentos solicitados pela CONTRATADA;

13.3 Analisar e propor as correções necessárias que deverão ser efetuadas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do chamado;

13.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos procedimentos de fornecimento do objeto contratado;

13.5 Designar um Engenheiro devidamente habilitado da Secretaria Municipal de Obras para acompanhar o andamento dos trabalhos;

13.6 A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

14.1 Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a gestão será realizada pela Secretaria de Finanças e Planejamento, sendo a Servidora Simone Rodrigues Soares que atuará como Fiscal de Contrato e zelará pela fiel execução dos serviços, em consonância com as especificações deste Termo de Referência, tomando as providências cabíveis no caso de descumprimento, parcial e total, das condições pactuadas.

14.2 Caso seja detectada alguma irregularidade, mediante simples declaração de constatação, será de imediato rejeitado o seu recebimento e solicitadas a tomada das providências cabíveis.





15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1 A Prefeitura reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no artigo 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas;

15.2 Ainda, como condição para contratação da empresa vencedora, esta deverá apresentar prova de registro no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual) ou ABES (Associação Brasileira de Softwares), ou ainda, por outro instrumento jurídico idôneo, prova do direito de comercialização do sistema ofertado.

15.3 Outrossim, deverá indicar na cotação o sistema e suas funcionalidades para comprovação de requisito deste termo de referência.

15.4 A contratação será formalizada mediante emissão nota de empenho de despesa, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

Atenciosamente,

SELMA LOBO NOGUEIRA
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento

